# *Observatório Nacional do Mercado de Trabalho: visão patronal rural*

Clovis Veloso de Queiroz Neto*

A agropecuária brasileira carece de informações sistematizadas sobre emprego e ocupação de mão-de-obra. As informações estão dispersas e os dados estatísticos fechados, não condizendo com a real necessidade no encaminhamento estratégico para a tomada de decisões.

A possibilidade de se vislumbrar o nascimento de um Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, que fará o entrelaçamento e a reflexão dessas informações, alicerçadas nas universidades, nos atores sociais e nas estatísticas governamentais, é de grande interesse para o setor primário, não só servindo na tomada de decisões mais precisas por parte do governo e os demais setores que se beneficiarão com as informações disponibilizadas, como também para a demonstração real e atualizada do quadro laboral nacional.

É sabido que a maioria dos pobres do mundo vive em áreas rurais. Estima-se que 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, cerca de três quartos trabalham e vivem em áreas rurais, e dependem, em grande medida, da agricultura para sua subsistência. Isso deveria parecer suficiente para o apoio às estratégias de diminuição da pobreza rural e de crescimento agrícola, baseado no uso intensivo da mão-de-obra.

No Brasil, a realidade também encontra-se em consonância com o quadro mundial.

Detentora do maior contingente de ocupação de mão-de-obra dentre os diversos segmentos econômicos, a agricultura envolve mais de 17,5 milhões de pessoas, dos quais 6,5 milhões são mulheres. Embora empregue formalmente cerca de 2 milhões de pessoas, quadro que vem sendo alterado com o passar dos anos, a agricultura tem apresentado os maiores índices de formalização do trabalho dentre todos os setores econômicos, mas ainda há muito a percorrer.

As estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), trata a agricultura de maneira global e agregada com o extrativismo, enquanto nos demais segmentos econômicos existe um maior nível de detalhamento do emprego. Seria desejável que a rubrica do emprego agropecuário fosse desagregada, de modo a evidenciar os segmentos: da agricultura, da pecuária, do extrativismo e da agroindústria.

No mesmo sentido a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), não possibilita aos interessados, seja ele um cidadão comum ou uma entidade de classe, a busca de informações precisas e abertas do setor primário, necessitando, dependendo da demanda, estabelecer relações de consulta com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho deverá ter, dentre suas funções, a de congregar os dados estatísticos oficiais,

* Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

de maneira clara e precisa, aberta, por ramo de atividade, de fácil acesso por parte do usuário, para que não continuemos incorrendo nesse turbilhão de informações esparsas, de difícil compreensão por parte da sociedade. Servirá também para o dimensionamento, avaliação e monitoramento das políticas públicas do setor laboral.

Na concepção e gerenciamento do observatório, deve-se levar em conta os padrões de procedimentos adotados pelo MTE nas comissões e conselhos, de forma paritária e tripartite. Esse formato vem proporcionando ao MTE um maior engajamento da sociedade civil, de maneira nunca antes observada naquele órgão governamental, um comprometimento de todos os atores sociais na busca contínua do consenso para a solução dos problemas e pontos de vista defendidos.

O trabalho desse grupo de "observadores" será de grande valia para os setores econômicos, que se valerão das informações para traçar melhores formas de alcançar, principalmente, essa expressiva parte da população economicamente ativa que não se encontra nos dados estatísticos oficiais.

Buscaremos integrar este grupo de observadores, compartilhando com os demais segmentos da sociedade o dever de buscar melhores condições de trabalho e ocupação da mão-de-obra e o crescimento do setor produtivo rural.